

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.645 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2003

Comissões elegem presidentes e iniciam hoje exame de propostas

Cumprindo acordo partidário estabelecido na semana passada, as oito comissões permanentes do Senado confirmaram ontem a escolha de seus dirigentes. Hoje, uma delas, a de Relações Exteriores, já realiza sua primeira reunião de trabalho



Os presidentes das oito comissões permanentes do Senado foram eleitos ontem, ao final da tarde. Confirmando acordo de lideranças definido na semana passada, os indicados pelos partidos obtiveram praticamente todos os votos dos senadores integrantes de cada comissão. A primeira a marcar reunião de trabalho nesta legislatura foi a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que deve começar a examinar hoje uma pauta com 22 mensagens presidenciais indicando embaixadores.

PÁGINA 3

Ramez Tebet (*em pé*) foi eleito presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e anunciou que o lema para este ano será "trabalho constante"

Celso Amorim debate política externa com senadores e diz que chance de paz é pequena

PÁGINA 4

Celso Amorim expôs aos senadores do bloco de apoio ao governo a posição brasileira em relação ao conflito no Golfo Pérsico



Célio Azevedo

Mercosul e Alca ganham atenção especial da CRE

O senador Eduardo Suplicy, novo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prevê acompanhamento mais próximo das negociações sobre a Alca e das relações com os países do Mercosul.

PÁGINA 5

Projeto de Antero reduz parcelas das dívidas estaduais

PÁGINA 7

Osmar Dias quer tornar sem efeito renúncia de parlamentar denunciado

Senador defende votação imediata de seu projeto, aprovado pela CCJ, que torna obrigatório prosseguimento de processo depois que Conselho de Ética aceitar denúncia

Pauta inclui teto para benefício da Previdência

A pauta de hoje do Plenário inclui a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) estabelecendo que o valor mensal que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não poderá ser inferior ao salário mínimo nem superior a dez salários mínimos. A PEC, de autoria do ex-senador Mauro Miranda, já pode ser votada, por ter sido submetida a cinco sessões de debates no Plenário. Relator, o ex-senador Waldeck Ornélas estabeleceu o teto de R\$ 2 mil para os benefícios da Previdência Social.

PMDB presta homenagem a Paes de Andrade

O PMDB concedeu o título de Presidente de Honra do partido ao ex-deputado Antonio Paes de Andrade (CE). A homenagem, decidida pela Comissão Executiva, foi proposta pelo presidente do PMDB, Michel Temer, e anunciada ontem pelo líder no Senado, Renan Calheiros (AL).

— Esta é a primeira conseqüência prática da reunificação do PMDB — afirmou Calheiros em discurso que exaltou a atuação de Paes de Andrade como presidente da Câmara dos Deputados (1989-1991) e do próprio partido.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que a decisão faz jus à história de Paes de Andrade.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) anunciou ontem que vai apresentar requerimento pedindo a votação imediata do projeto de resolução de sua autoria, aprovado em novembro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que torna obrigatório, a partir do momento em que o Conselho de Ética aceitar uma denúncia, o prosseguimento do processo e a possível perda dos direitos políticos do parlamentar denunciado por quebra de decoro parlamentar. Osmar Dias deu essa informação ao Plenário durante a quarta sessão de debates da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o voto secreto no Congresso Nacional.

A PEC pode ser votada hoje pelo Plenário. Outros dois senadores debateram a proposta. O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) cumprimentou o autor e o relator da proposta, respectivamente o senador Tião Viana (PT-



Geraldo Magela

Osmar Dias também anunciou posição favorável a projeto que acaba com o voto secreto no Congresso

AC) e o ex-senador José Eduardo Dutra, e lembrou que a medida já foi adotada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que ele próprio, Sérgio Cabral, presidiu durante oito anos. O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu a proposta, que considera fundamental para a transparência dos trabalhos legislativos e para fortalecer “a jovem democracia brasileira”.

Osmar Dias afirmou que vai votar a favor, mas lembrou que o voto secreto é uma forma de preservar o parlamentar, tornando-o livre de pressões e ameaças. “Essa proteção é legítima, embora eu tenha votado aberto nas quatro vezes em que me manifestei no Conselho de Ética no julgamento de senadores acusados de quebra de decoro parlamentar”, disse Osmar Dias.

Três senadores acompanham investigações sobre grampo

Três senadores irão a Salvador no início da próxima semana para acompanhar as investigações da Polícia Federal sobre grampos telefônicos feitos pela polícia da Bahia, envolvendo aparelhos pertencentes a deputados. O acompanhamento foi solicitado pela banca-

da que apóia o governo no Senado, pois reportagens publicadas pela imprensa nos últimos dias envolvem o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio.

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), indicou Jefferson Péres (PDT-AM) e João Alberto Souza (PMDB-MA) para o

trabalho. Juvêncio participará do grupo, que, entre outras coisas, trará a Brasília cópias de todos os documentos já obtidos pela Polícia Federal sobre o caso.



Célio Azevelo



Rogério de Sá



Jane de Araújo

Juvêncio da Fonseca, João Alberto e Jefferson Péres viajam a Salvador no início da semana

Aprovadas concessões para emissoras

O Plenário do Senado aprovou quatro projetos de decreto legislativo que tratam de renovações de concessão e outorga para operação de emissoras de rádio. Três se referem à renovação de concessão em ondas médias beneficiando as fundações Espírita André Luiz, de Guarulhos (SP); Bom Jesus de Cuiabá (MT); e Dom Joaquim, de Tefé (AM). Para a Fundação Dom Eduardo Duarte Silva, de Uberaba (MG), foi aprovada outorga de permissão em frequência modulada.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2003

Presidente
José Sarney

10h — Recebe o embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, ministro das Relações Exteriores
10h30 — Recebe Anderson Adauto Pereira, ministro dos Transportes
15h30 — Recebe José Mário Abdul, presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
15h45 — Recebe Simão Jatene, governador do Pará, acompanhado do senador Duciomar Costa e de representantes da bancada federal do estado do Pará
16h — Recebe o embaixador Sebastião do Rego Barros, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP)

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, das PECs nºs 38/00, que dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 55 da Constituição federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de deputado e senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do caput do mesmo artigo; e 11/02, que altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social; PLC nº 98/01, denomina Aeroporto de Imperatriz — Prefeito Renato Moreira o aeroporto de Imperatriz (MA); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

PREVISÃO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissões já definiram seus presidentes e vices

Os senadores eleitos, após indicação por acordo partidário, ocuparão os cargos pelos próximos dois anos. A de Relações Exteriores e Defesa Nacional será a primeira a se reunir na atual legislatura. Reunião deve ocorrer ainda hoje

As oito comissões permanentes do Senado elegeram ontem seus novos presidentes e vices, que ocuparão os cargos pelos próximos dois anos. Os nomes foram indicados por acordo partidário e obtiveram praticamente todos os votos dos integrantes das comissões. Hoje haverá a primeira reunião de uma comissão da nova legislatura – a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP),

que tem na pauta 22 mensagens presidenciais com indicações de embaixadores.

Ao assumir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por onde passam todos os projetos em discussão no Senado, o senador Edison Lobão (PFL-MA) informou que os próximos meses serão de intenso trabalho. Antes da chegada das reformas previdenciária e tributária, a serem enviadas pelo governo, a CCJ examinará as emendas que a reforma do Judiciário recebeu em Plenário. Lobão indicará o novo relator desta reforma nas próximas horas. Além disso, outros 724 projetos esperam exame dos 23 senadores titulares do colegiado.

Já o novo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou que, se neces-



Jucá (com Papaléo) e Lobão (com José Maranhão) citam exame das reformas como desafios para CAS e CCJ



Fotos: Geraldo Magela

sário, convocará reuniões extraordinárias para que as centenas de projetos em tramitação sejam discutidos e votados. Ele observou que as reformas tributária e previdenciária devem provocar os maiores debates na CAE no primeiro semestre.

– O lema da CAE será “trabalho constante”, porque o país atravessa um tempo de dificuldades – disse.

PREVIDÊNCIA

Ao assumir a presidência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou que, entre as matérias que o colegiado debaterá nos próximos meses, estão a reforma da legislação trabalhista e as mudanças na Previdência Social. Por sua vez, o presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), informou que pre-

tende promover debates sobre os alimentos modificados geneticamente, pois todos os assuntos de ciência e tecnologia são tratados na comissão. Serão escolhidos na próxima semana os nomes dos três senadores que presidirão as subcomissões de Esporte, Livro e Cinema, Comunicação Social e Informática.

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) será o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que já ocupou o cargo anteriormente. A Comissão de Infra-Estrutura terá na presidência o senador José Jorge (PFL-PE). A mais nova comissão do Senado, criada recentemente, é a de Legislação Participativa, que será presidida pelo senador Magno Malta (PL-ES). Ela será responsável pela análise das propostas populares que chegam ao Senado.

Maria do Carmo cobra reativação da Sudene

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) pediu aos senadores que, com “bom senso e patriotismo”, encontrem uma fórmula adequada para reativar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) o mais breve possível, reiniciando o processo de desenvolvimento integrado do Nordeste. Para a senadora, a extinção da autarquia foi um grande equívoco.



Maria do Carmo: extinção da autarquia foi um equívoco

– A pretexto de se combater desvio criminoso das verbas oficiais destinadas à aplicação em diversos projetos fundamentais para o desenvolvimento do Polígono das Secas, o que o governo federal fez foi aplicar o remédio fatal no paciente errado: liberou os exploradores do povo e puniu severamente a este, cortando-lhe basicamente a sua única fonte de progresso industrial, agrícola e social – afirmou.

Marcia Kallime

Lula comparece a jantar oferecido por Sarney na residência oficial

O presidente do Senado, José Sarney, ofereceu na noite de ontem um jantar na residência oficial para comemorar o início da legislatura. Além de senadores e deputados, compareceram o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e outras autoridades.

Sarney disse, em entrevista à tarde, que o jantar de confraternização refletia o clima de entendimento, boa vontade e cooperação. De acordo com o presidente do Senado, essa harmonia teve início quando Lula, na sessão de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, convidou os parlamentares a uma parceria com o Poder Executivo para aprovar as mudanças que o país espera do novo governo.

BASE GOVERNISTA

A possibilidade de participação do PMDB na base governista foi, de acordo com o presidente do PT, José Genoíno, o principal motivo de visita que ele fez a José Sarney na manhã de ontem, em seu gabinete no Senado.

– A visita ao presidente Sarney, que é presidente do Senado, do Congresso Nacional e uma liderança importante do

PMDB, está dentro da agenda de viabilizar a integração do PMDB na base de apoio do governo Lula – explicou.

Genoíno disse não ver contradição entre a posição do governo de dar prioridade às reformas previdenciária e tributária e a intenção manifestada por Sarney de votar logo a reforma eleitoral.

– A prioridade das reformas previdenciária e tributária não anula a possibilidade de que a reforma política caminhe paralelamente, como um assunto de iniciativa congressual e partidária – afirmou.

MUNICÍPIOS

O presidente do Senado deverá comparecer à solenidade de abertura do Congresso Nacional da Associação Brasileira de Municípios, que se realizará em Brasília entre 24 e 27 de março. O convite para que o senador faça um pronunciamento durante a cerimônia foi formulado ontem durante audiência concedida aos dirigentes da entidade.

A comitiva era liderada pelo presidente da associação, José do Carmo Garcia (prefeito de Cambé, no Paraná), e pelo prefeito de Macapá (AP), João Henrique Pimentel.

Quem são os novos dirigentes das comissões

Assuntos Econômicos (CAE)

Presidente	Vice-Presidente
Ramez Tebet	Paulo Octávio

Assuntos Sociais (CAS)

Presidente	Vice-Presidente
Romero Jucá	Papaléo Paes

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Presidente	Vice-Presidente
Edison Lobão	José Maranhão

Educação (CE)

Presidente	Vice-Presidente
Osmar Dias	Hélio Costa

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)

Presidente	Vice-Presidente
Eduardo Suplicy	Marcelo Crivella

Infra-Estrutura (CI)

Presidente	Vice-Presidente
José Jorge	João Batista Motta

Fiscalização e Controle (CFC)

Presidente	Vice-Presidente
Ney Suassuna	Antero Paes de Barros

Legislação Participativa (CLP)

Presidente	Vice-Presidente
Magno Malta	O vice-presidente da Comissão de Legislação Participativa ainda não foi eleito

Chances de paz no Golfo Pérsico são remotas, avalia Celso Amorim

Mesmo assim, ministro das Relações Exteriores garante que Brasil não medirá esforços em busca de solução pacífica. Ele acredita que contradições na Inglaterra podem evitar a guerra

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, avaliou ontem, em reunião com os senadores que integram o bloco de apoio ao governo no Senado (PT, PL, PSB e PTB), que no conflito envolvendo os Estados Unidos e o Iraque há apenas 10% de chances para a paz. Apesar disso, ele afirmou que o Brasil não medirá esforços para continuar lutando por uma solução pacífica, a exemplo de Alemanha, França e Rússia.

Amorim disse que, mesmo se a guerra entre Estados Unidos e Iraque for de curta duração, os estragos econômicos serão enormes, principalmente para os países em desenvolvimento. Ele estimou que o preço do petróleo no mercado internacional poderá chegar à marca de US\$ 50 o barril, atingindo seriamente o Brasil, mesmo com o país tendo hoje uma dependência de apenas 10% do petróleo importado.

Uma guerra agravará, ainda, a aversão ao risco, na área dos investimentos, prejudicando muito todos os países em desenvolvimento. Se houver guerra, o mundo vai passar por longa depres-



Em reunião com senadores da base governista, Celso Amorim (ao microfone) detalhou a posição brasileira com relação ao conflito entre Estados Unidos e Iraque

são econômica, previu o chanceler brasileiro.

Durante mais de duas horas, o ministro expôs para os parlamentares detalhes da posição brasileira com relação ao conflito no Golfo Pérsico, relatando os recentes contatos que manteve em sua última viagem ao exterior, em reuniões com autoridades da Alemanha, França, Rússia, Japão e também do Reino Unido, onde encontrou interlocutores extremamente receptivos para melhor conhecer a posição brasileira.

Celso Amorim destacou que,

apesar das pequenas chances de paz, ele está otimista, pois sentiu no Reino Unido uma posição muito contraditória, uma vez que o primeiro-ministro, Tony Blair, ao mesmo tempo que procura mostrar-se um aliado incondicional do presidente norte-americano, George Bush, não deixa de acenar para uma solução pacífica para o conflito, do ponto de vista legal.

Segundo o ministro, a Inglaterra pode funcionar como um pêndulo na questão, já que dificilmente os Estados Unidos entrariam sozinhos numa guerra com o Iraque.

Essa posição pendular, disse o ministro, pode ser influenciada pelos movimentos populares nos países que se alinham à posição norte-americana, como Inglaterra, Espanha e Itália.

Entre as hipóteses que comentou com os senadores, Amorim afirmou entender que os Estados Unidos podem tentar obter da Organização das Nações Unidas (ONU) resolução que, embora não autorize expressamente uma solução de força contra o Iraque, dê margem a uma interpretação que admita esse tipo de solução, ainda que de forma implícita.

Para ele, uma ação de força tipicamente unilateral traria custos enormes, principalmente para o Reino Unido, onde os movimentos populares contra a guerra mobilizaram, no último final de semana, cerca de 3 milhões de pessoas. Como parte de um esforço conjunto em defesa da paz, Celso Amorim anunciou para os próximos dias reunião de chanceleres da América do Sul para debater o tema.

Para Mercadante, fim dos conflitos na América do Sul é prioridade

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, disse ontem, durante reunião do ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, com os parlamentares do bloco de apoio ao governo no Senado, que o fim dos conflitos na América do Sul é prioridade na política exterior do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após ouvir do ministro detalhes sobre o esforço do governo brasileiro para atenuar os conflitos internos em diversos países da região, como Venezuela, Equador e Colômbia, Mercadante destacou o esforço pessoal do presidente da República para chamar a atenção dos países desenvolvidos para os problemas mais sérios vividos pelos países em desenvolvimento.

Usando a expressão "Belíndia" (criada em 1974 pelo economista Edmar Bacha, para representar os dois "Brasis" de contraste, um rico, no padrão da Bélgica, e ou-

tro pobre, no padrão da Índia), Mercadante afirmou que Fernando Henrique Cardoso, quando no exterior, vendia sempre a imagem do Brasil "belga", dos ricos. Lula, ao contrário, é visto como o lado da "Índia", o dos pobres, que os países ricos preferem não enxergar.

GUERRA DO GOLFO

No encontro com o chanceler brasileiro, o senador Tião Viana (PT-AC), líder do bloco de apoio ao governo, demonstrou preocupação principalmente com as reações do mundo mulçumano a um ataque norte-americano ao Iraque. O ministro, em resposta, disse que uma guerra poderá, efetivamente, gerar "uma onda anti-ocidental" naqueles países.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) levantou na reunião, entre outras questões, a dos mais de 2 milhões de brasileiros que vivem no exterior, muitos deles em con-

dições indignas, vítimas da prostituição e do trabalho escravo. O ministro se identificou com as preocupações e anunciou medidas a serem adotadas pelas embaixadas do Brasil em favor desses brasileiros. Essa mesma preocupação foi destacada pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) reclamou da falta de informações mais precisas em torno das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Celso Amorim ressaltou que até para ele essas informações chegam incompletas e muitas vezes incompreensíveis, precisando ser decodificadas.

PACTO AMAZÔNICO

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), a questão do pacto amazônico, que engloba 6 mil quilômetros de fronteiras, é de vital importância para o país, incluindo-se aí o acordo da biodiversidade, conforme observou, em seguida, Celso

Brasil deve ser mais flexível com países do Mercosul

Em reunião ontem com os senadores que integram o bloco de apoio ao governo, o ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, num claro recado à classe empresarial do país, disse que o Brasil tem de adotar uma posição mais flexível com o Mercosul, notadamente com aqueles países de economia mais frágil. Se o Brasil quer exercer a liderança no bloco, tem de assumir posições que favoreçam as economias mais fracas, afirmou.

Após a crise econômica da Argentina, Amorim frisou que o Mercosul quase deixou de existir, mas foi salvo a partir da iniciativa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva de priorizar aquele bloco, realizando novos entendimentos e fazendo concessões. Essa iniciativa, que incluiu visita do presidente do Brasil aos outros três membros do bloco (Argentina, Uruguai e Paraguai), "permitiu preservar a unidade do Mercosul", que, para o chanceler, será fundamental nas discussões com a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) propostas pelo governo norte-americano.

CONCESSÕES

Numa crítica à posição de alguns empresários brasileiros contra novas aberturas no âmbito do Mercosul, Amorim lembrou que recentemente as cervejarias brasileiras se uniram contra a concessão de uma cota de exportação de cerveja da Bolívia (país que integra o Mercosul ampliado) para o Brasil, equivalente ao consumo de um sábado da cidade do Rio de Janeiro. Para o ministro, é vital que o Brasil faça mais concessões no sentido de apoiar as exportações dos parceiros de economia mais fraca. Foi desse modo, afirmou, que a Alemanha e a França conseguiram ganhar a confiança dos seus parceiros e viabilizar a União Européia.

O ministro abordou questões ligadas à Organização Mundial do Comércio (OMC), como a redução das barreiras impostas ao setor agrícola e as relativas a propriedade intelectual no que se referem a medicamentos, em que o Brasil conseguiu notáveis progressos no capítulo das licenças compulsórias para casos envolvendo a saúde pública. Ele também se queixou da posição dos Estados Unidos, de darem sempre tratamento pior para os países do Mercosul nas negociações comerciais.

Alca e Mercosul recebem atenção especial da CRE

Indicado pelo bloco de apoio ao governo para ocupar a presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que, diante da nova agenda do Poder Executivo para as relações exteriores do Brasil, o colegiado deve prestar atenção especial às negociações sobre a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O aprofundamento das relações com os países que integram o Mercosul, outro ponto da plataforma do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também deve ser analisado pela CRE nos próximos anos, segundo Eduardo Suplicy.

– Avalio que o Senado, sobretudo através da CRE, possa acompanhar de perto todas as negociações relativas ao Mercosul e à Alca e todos os acordos internacionais na Organização Mundial do Comércio. Nós vamos agilizar esse acompanhamento – declarou Suplicy, que participou, juntamente com a bancada do PT, de debate com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

LULA

Na reunião, Suplicy sugeriu que o presidente Lula visite o Reino Unido. O senador, que voltou da Inglaterra na última semana, disse que as autoridades daquele país têm interesse em que Lula, pela grande visibilidade e repercussão que seus atos têm tido internacionalmente, possa expressar ao primeiro-ministro do Rei-



Suplicy foi indicado pelo bloco da base governista para presidir a Comissão de Relações Exteriores

no Unido, Tony Blair, a possibilidade de uma solução pacífica para a crise no Iraque.

– Constitui um anseio da Humanidade, como ficou demonstrado em manifestações em que milhões de pessoas no mundo inteiro externaram sua vontade, que haja uma solução sem guerra, sem violência. Acho que seria interessante que o presidente Lula realizasse a visita o quanto antes para transmitir a Tony Blair esse anseio do povo brasileiro de que os governos do Reino Unido e dos Estados Unidos cheguem a um entendimento direto com o governo do Iraque. Acredito que o presidente Lula pode ser um fator catalisador da construção da paz – declarou Suplicy.

Nesse sentido, Suplicy defendeu na reunião com Celso Amorim que o primeiro-ministro Tony Blair, Saddam Hussein e o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, participem de um encontro de cúpula para discutir a crise no Golfo Pérsico.

Suplicy participa amanhã em Nova York de congresso sobre renda básica

O senador Eduardo Suplicy – que presidirá a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – será o principal conferencista do Congresso Internacional da Rede Norte-Americana da Renda Básica (U. S. Basic Income Guarantee Network – Usbig), a ser realizado amanhã no Hotel Crowne Plaza Manhattan, em Nova York. O senador vai falar sobre o programa Fome Zero e a proposta de adoção da Renda de Cidadania.

É a segunda vez que Suplicy participa do congresso, que reúne acadêmicos, analistas políticos e estudantes para debater os méritos e a importância da implantação da renda básica para a ampli-

ação da cidadania e melhoria de vida das pessoas. Entre os conferencistas estarão professores de Economia, Filosofia, Direito e Sociologia com trabalhos publicados sobre o assunto nos Estados Unidos e em países da Europa e América do Sul.

Projeto de lei que institui a Renda de Cidadania a partir de 2005 foi aprovado em dezembro do ano passado pelo Senado, com parecer e substitutivo do então senador Francelino Pereira. Pela proposta, todos os cidadãos terão direito a uma renda básica. Na prática, os recursos só deverão ser concedidos aos mais necessitados e de acordo com as disponibilidades orçamentárias.

Costa quer saber se o Brasil vendeu urânio para o Iraque

Senador envia ao ministro da Ciência e Tecnologia requerimento de informações sobre o comércio do produto durante o governo militar

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou ontem à Mesa do Senado requerimento de informações, destinado ao ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, para saber se o Brasil colaborou com o programa nuclear do Iraque, nos anos 70, exportando urânio para aquele país.

Ao justificar a iniciativa, o senador citou a reportagem intitulada “Cientista exilado desmente existência de arma nuclear”, publicada pelo jornal *Estado de Minas*, no dia 12 deste mês, em que um dos criadores do programa nuclear iraquiano, o cientista Imad Khadduri, afirma que o Iraque importou urânio brasileiro nos anos 70.

– Dada a forte vocação militar do governo iraquiano, acima das questões comerciais que o assunto possa suscitar, preocupa-nos principalmente a aderência de um eventual acordo internacional com o Iraque – ou com qualquer outro país – aos tratados e leis internacionais. No exercício de suas funções constitucionais, é dever do Congresso acompanhar tal acordo – observou.



Hélio Costa lembra que o Brasil possui a sexta maior reserva de urânio do mundo

No requerimento, o senador Hélio Costa solicita que, em caso afirmativo, ou seja, se o ministro Roberto Amaral confirmar as declarações do cientista iraquiano, que também seja informada qual a quantidade de urânio exportado, a finalidade, a especificação do produto e o montante financeiro resultante da exportação.

O senador quer saber do ministro da Ciência e Tecnologia se o produto exportado classifica-se como urânio enriquecido, quais as autoridades brasileiras responsáveis pela exportação, quem foi

o agente público que assinou os termos da contratação e em que data ela ocorreu.

RESERVAS

Hélio Costa ressaltou durante pronunciamento no Plenário que o Brasil tem a sexta maior reserva geológica de urânio do mundo, o que permite ao país suprir suas necessidades de combustível nuclear e ainda exportar para países consumidores.

Entretanto, segundo ele, a possibilidade de que urânio possa ser usado também para fins militares torna o seu comércio alvo de controle da comunidade internacional. Hélio Costa citou ainda o tório, outro elemento com potenciais aplicações na indústria nuclear e que pode substituir com vantagens o urânio.

– Dado o evidente interesse internacional pelo tório e nossa posição quase monopolista de produção desse elemento raro (o Brasil detém 30% das reservas mundiais do produto), é importante também saber como o Executivo está tratando sua lavra de comercialização, à luz dos acordos internacionais – disse o senador.

Embaixadora dos Estados Unidos visita Sarney

A ameaça de guerra contra o Iraque e as relações bilaterais foram os principais temas do encontro do presidente do Senado, José Sarney, com a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, na manhã de ontem. Ela disse que veio apresentar-se a Sarney, que ainda não conhecia pessoalmente, embora tenha servido no Consulado em São Paulo quando o senador ocupava a Presidência da República.

– A situação internacional está num momento muito delicado. É necessário cumprir as resoluções das Nações Unidas e todo o mundo tentar evitar a guerra – disse a embaixadora.

Donna Hrinak afirmou que as negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ainda estão “na primeira fase”, e que há muito a conversar.

– É preciso lembrar que a negociação não é só entre Brasil e Estados Unidos, mas também com os outros países do hemisfério.



Doona Hrinak discutiu com José Sarney a ameaça de guerra contra o Iraque e as negociações para a criação da Alca

CUBA

O senador José Sarney recebeu ainda a visita de Tilden Santiago, indicado pelo presidente da República para ocupar a Embaixada do Brasil em Cuba e cujo nome ainda será apreciado pelo Senado.

– Vim despedir-me do amigo e colocar-me à disposição para a sabatina – esclareceu Tilden San-

tiago, que aguarda o exame da indicação para a primeira quinzena de março e manifestou confiança na aprovação de seu nome.

O embaixador indicado ressaltou, após a conversa com o senador, que foi durante a passagem de José Sarney pela Presidência da República que o Brasil reatou as relações diplomáticas com Cuba.

Genildo Magela

Roosevelt Pinheiro

Jane de Araújo

PT não deve ceder ao divisionismo, afirma Serys

Ao fazer seu primeiro discurso em Plenário, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu ontem que os petistas não se deixem “enredar nos jogos divisionistas patrocinados por quem sempre esteve interessado em dinamitar os projetos que priorizam o bem-estar da população”. Ela disse que seus eleitores merecem respeito, assim como os eleitores das senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) e de outros representantes do PT.

— Acho importante assumirmos aqui o debate franco e aberto de nossas idéias, como a melhor forma de definir um rumo comum para os nossos mandatos e para o nosso governo — aconselhou a parlamentar, pedindo que o PT não abra mão do patrimônio político que é sua pluralidade de pensamentos para se render ao personalismo.

A senadora disse que não assumiu o mandato para representar esta ou aquela corrente interna, assegurando que seu comportamento se pautará sempre pelas decisões maiores e superiores das instâncias partidárias.

— Não venho disposta a participar de nenhuma luta fratricida nem busco acumular forças hoje para qualquer projeto político que se desenhe no futuro — declarou.

Serys Slhessarenko reconheceu que melhorias para a população não virão por um passe de mágica. Em sua opinião, virão quando toda a economia se mover para a frente e quando a cadeia produtiva girar sua engrenagem, aumentando a produção na agricultura, na indústria e no setor de serviços. No seu entender, é dessa forma que o comércio ganha impulso, aumenta-se a oferta de empregos e entra mais dinheiro em circulação.

— Enfim, produz-se mais, vende-se mais, o Estado arrecada mais, os mais pobres comem e se vestem melhor, os bens materiais tornam-se acessíveis a parcelas maiores da população. Até os bens culturais entram na roda do consumo: frequentam-se mais os cinemas, os teatros, os *shows*, e os excluídos deixam a periferia do mercado para se incluírem como consumidores, tornam-se cidadãos — afirmou a senadora.

Roosevelt Pinheiro



Serys Slhessarenko sugere debate franco e aberto de idéias

Paim apóia consenso para acelerar reforma da Justiça

Em reunião com representantes dos magistrados trabalhistas, senador aceita idéia de votar rapidamente os pontos não polêmicos da proposta

O 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim, disse ontem que apoiará a reivindicação da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) para que o Senado vote, rapidamente, os pontos consensuais da reforma do Judiciário, deixando para debate posterior os itens sobre os quais existam divergências. A afirmação foi feita pelo senador após reunião com integrantes da associação, que também manifestaram suas posições sobre as reformas da Previdência e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

De acordo com o presidente da Anamatra, Hugo Melo Filho, os juízes entendem que a proposta de emenda à Constituição que está sendo avaliada pelo Senado “não contém os mecanismos capazes de dotar o Judiciário da transparência e caráter democrático ideais”. Ele informou, porém, que a entidade é favorável ao aproveitamento de alguns preceitos constantes da proposta, como o que define a quarentena para nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal (STF) e outro que evita a prática do nepotismo, ou seja, o emprego de parentes pelos integrantes dos tribunais.

A proposta de reforma do Judiciário, já aprovada pela Câmara, começou a tramitar no Senado em 2000 e foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com relatório do ex-senador Bernardo Cabral. No Plenário, recebeu 200 emendas e não chegou a ter sua votação concluída. Na terça-feira, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou a decisão de encaminhar o texto para nova apreciação pela CCJ, com a indicação de novo relator. A matéria deverá ser revista em 30 dias pela comissão e depois submetida ao Plenário.

CLT

Sobre o projeto que flexibiliza as regras da CLT, Hugo Melo Filho disse que a Anamatra defende a retirada ou rejeição do texto elaborado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que tramita no Senado. Paim concordou com essa posição,



Paim também conversou com dirigentes da Anamatra sobre reformas da Previdência e da CLT

argumentando que o assunto deve ser amplamente debatido entre o governo, o Legislativo e os demais setores da sociedade, antes de ser examinado pelo Congresso.

Os juízes da Anamatra ainda abordaram o tema da reforma da Previdência com o 1º vice-presidente da Casa, defendendo a manutenção dos salários integrais para os funcionários públicos que se aposentarem. O senador disse que concorda e defende aposentadoria integral também para os trabalhadores da área privada.

— Precisamos encontrar uma forma de aplicar o princípio da integridade salarial para todos, talvez por meio de cálculos atuariais, impedindo, ao mesmo tempo, que alguém se aposente ganhando mais do que o presidente da República — observou Paim.

Gabardo defende CPI sobre remessa de divisas

O senador Olivir Gabardo (PSDB-PR) manifestou ontem seu apoio incondicional à iniciativa da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) de propor a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar irregularidades na remessa de divisas ao exterior. “É preciso localizar e repatriar esse dinheiro”, afirmou.

O senador quer investigar, em especial, as remessas realizadas por intermédio do Banco do Estado do Paraná (Banestado), uma vez que a Polícia Federal suspeita que somente a agência de Nova York tenha movimentado irregularmente US\$ 30 milhões, entre 1996 e 1999. Ele está convencido de que aquela agência do Ba-

nestado integrava um grande esquema de lavagem de dinheiro responsável pelo desvio de valor ainda maior.

Segundo Olivir Gabardo, o Ministério Público efetuou levantamento preliminar dessas remessas irregulares, feitas por meio das contas CC-5 — que permitem o envio de dinheiro para bancos situados em outros países —, chegando a um total de US\$ 30 bilhões (mais de R\$ 105 bilhões). “A remessa fraudulenta de divisas empobrece a nação e precisa ser investigada a fundo para se chegar até os mandantes”, disse o senador.



Remessa fraudulenta de divisas empobrece a nação, diz Gabardo

Roosevelt Pinheiro

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti ressaltou a importância das investigações a serem realizadas pela CPI, em especial para proporcionar os meios de repatriar o dinheiro desviado. “Todos acharam doloroso o corte de R\$ 14 bilhões determinado pelo governo. Pois há indícios de desvio de dez vezes esse montante”, declarou, informando que já conseguiu o apoio de 26 senadores. Um requerimento para a instalação de CPI deve ser assinado por, no mínimo, 27 senadores.

Magno Malta: ES começa a derrotar crime organizado

O senador Magno Malta (PL-ES) afirmou em Plenário que o crime organizado no Espírito Santo, que chamou a atenção do Brasil por ter se infiltrado nos três poderes do estado, começa a perder força “graças à atuação de homens como o ex-governador Max Mauro e o atual governador, Paulo Hartung”.

— O Brasil viu manchetes sobre a atuação do crime organizado no estado, que tinha ali gravata e até toga. Pois seus integrantes começam a ir para a cadeia. Não digo que o problema está resolvido, mas o crime organizado no Espírito Santo está debilitado — sustentou o senador, que, na Câmara dos Deputados, foi presidente da CPI do Narcotráfico.

Para o parlamentar, só “atitudes corajosas” dos governos estaduais poderão levar ao desbaratamento do crime organizado. Ele elogiou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que à época em que foi governador do Ceará nomeou para a corregedoria da polícia um civil que não pertencia aos quadros policiais.

Magno Malta disse ainda que deputados e senadores do Espírito Santo estão apoiando o governador Paulo Hartung em sua luta para encontrar saídas financeiras para o estado.

Eduardo denuncia agressão sofrida por vereadora

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comunicou ao Plenário a agressão sofrida pela vereadora de Palmas (TO) Edna Agnolim (PFL), ontem. Ele condenou o ato, cometido, segundo informações do gabinete do senador, pelo vereador Tenente Célio (PSB). A vereadora Edna está internada em um hospital da capital de Tocantins, com suspeita de traumatismo craniano.

O fato, relatou o senador, foi comunicado à ministra especial da Secretaria dos Direitos da Mulher, Emilia Fernandes. Eduardo Siqueira Campos pediu a cassação do agressor por quebra de decoro parlamentar. Ele informou ainda que a Ordem dos Advogados do Brasil está acompanhando o caso.



Magno quer atitudes corajosas contra o crime organizado

Osmar: reflorestadoras devem dobrar empregos

O setor de reflorestamento pretende dobrar em dez anos os 2,5 milhões de empregos rurais hoje oferecidos, anunciou ontem em Plenário o senador Osmar Dias (PDT-PR). A proposta foi divulgada em reunião no Palácio do Planalto entre o governo e representantes do setor, da qual o senador participou.

De acordo com Osmar Dias, estiveram presentes na reunião o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues; e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. Segundo o senador, o encontro está inserido na anunciada intenção do governo federal de ouvir as sugestões dos produtores de cada setor para estabelecer um novo modelo de desenvolvimento.

A proposta apresentada pelos empresários, informou o senador, sugere que as exportações de madeira e derivados passem de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 11 bilhões, nos próximos 10 anos. Ele ressaltou que esse aumento, embora significativo, ainda deixaria o país longe das exportações atuais de nações como o Canadá (US\$ 60 bilhões), Estados Unidos

(US\$ 34 bilhões) e Finlândia (US\$ 21 bilhões).

– A proposta que o setor traz ainda é muito modesta para o potencial que nós temos – afirmou.

Para o parlamentar, a proposta interessa a todos os senadores, já que “a atividade florestal cabe em qualquer região do país”. Ele sugeriu o aproveitamento de pequenas e médias propriedades – “hoje praticamente alijadas do processo de produção de madeira” –, cujos solos são impróprios para a produção de alimentos.

MEIO AMBIENTE

Osmar Dias disse que, além de melhorar a balança comercial e gerar novos empregos, o incremento da atividade de reflorestamento irá reforçar a preservação ambiental. Segundo ele, com a ampliação da área ocupada com reflorestamento, de 5 milhões de hectares para 11 milhões de hectares, a legislação obrigará que a área de preservação seja ampliada em 2 milhões de hectares.

– Teríamos a ganhar socialmente, economicamente e ambientalmente – disse.

O plano apresentado pelo setor de madeira e derivados para a ampliação das atividades prevê também alterações na legislação, informou Osmar Dias.

Antero propõe alívio financeiro para estados

Projeto apresentado ontem pelo senador exclui do cálculo da Receita Líquida Real as ações nas áreas de saúde e educação

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) reduz o montante dos pagamentos feitos pelos estados à União mediante alteração no cálculo da Receita Líquida Real (RLR). De acordo com o senador, para os fins previstos nas leis que tratam dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais, o cálculo da RLR deve excluir da receita realizada os valores destinados às ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para Antero, o projeto não modifica os contratos já firmados pelos estados com a União, preserva a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas certamente coloca em discussão a necessidade de deba-



Para Antero, projeto não modifica contratos já firmados entre estados e União

ter um novo pacto federativo.

Em contrapartida à redução do valor das parcelas dos contratos de financiamento feitos pelos estados com a União, o senador propõe que 20% do valor efetivamente reduzido deverão ser empregados em programas

de ensino e pesquisa das universidades públicas.

De acordo com o parlamentar, adotando-se a nova base de cálculo, estados como o de Mato Grosso, que comprometem 15% de sua Receita Líquida Real para pagamento da dívida com a União, passarão a desembolsar o equivalente a apenas 11,27%. Dessa forma, acrescentou, a estimativa de pagamento da dívida de Mato Grosso para 2003, que está acima de R\$ 380 milhões, passaria a ser de R\$ 285 milhões, uma economia de quase R\$ 95 milhões para o estado.

– Essa proposta é conseqüente com tudo aquilo que defendemos no governo de Fernando Henrique Cardoso e conseqüente também com o discurso de quem ganhou a eleição para a Presidência da República. Lembramos que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a União não pode continuar sendo algoz dos estados – afirmou Antero Paes de Barros.

Governo poderá evitar cortes se melhorar arrecadação, diz Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lastimou ontem os cortes orçamentários feitos pelo governo e recomendou uma visão de administrador, típica da iniciativa privada, para a condução das contas públicas.

– Se olharmos com olhos de administradores privados, buscando analisar setor por setor, no final nós teremos economizado muitos milhões. E esses milhões com certeza evitariam cortes drásticos, como esses que vão reduzir empregos no país – disse o senador.

Referindo-se ao corte orçamentário de R\$ 14 bilhões feito pelo governo, o parlamentar argumentou que, num país de milhões de desempregados, isso significará redução de investimentos, inibição de obras e menos empregos. Ele considerou preocupante o corte de 90% nos investimentos do Ministério da Integração Nacional, observando que são recursos necessários para aplicação no Nordeste, em obras como barragens, poços e

em projetos sociais, como o bolsa-alimentação.

Suassuna considerou igualmente inquietante que o governo tenha que aumentar a taxa de juros. Ele lembrou ter promovido uma reunião ministerial no governo passado que resultou no resgate de recursos com os quais o poder público não contava. O senador afirmou que só no controle processual de depósitos judiciais feitos junto à Caixa Econômica Federal, a União conseguiu R\$ 4 bilhões. Suassuna disse ter certeza de que há outros recursos que o governo Lula pode obter sem precisar fazer os cortes no Orçamento.

– Nós temos cerca de R\$ 185 bilhões só na área da Justiça federal, que tem contas a receber de



Suassuna recomenda que governo tenha visão de administrador na condução das contas públicas

impostos e multas que não foram pagos e que não são recebidos porque não há infra-estrutura necessária, por culpa da própria União, pois não colocou verbas suficientes para a informatização. Na Procuradoria Geral da Fazenda, nós temos um outro montante gigantesco de processos e são poucos os procuradores – observou o parlamentar.

Saturnino pede a prefeito do Rio que socorra o MAM

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) fez ontem um apelo ao prefeito da cidade do Rio de Janeiro, César Maia, para que volte sua atenção não apenas para a instalação do Museu Guggenheim, mas também para o Museu de Arte Moderna (MAM) que está necessitando obras de manutenção e de reparação do teto, que ameaça desabar.

– Gastar centenas de milhões de dólares com o Guggenheim é um preço muito elevado para uma cidade com grandes problemas sociais por resolver – afirmou.

Saturnino reconheceu a importância da implantação de um museu na zona portuária do Rio de Janeiro, especialmente em relação à exploração do turismo cultural, mas alertou para a urgência das obras no MAM.

– O museu é um marco arquitetônico da cidade, adorado por



Marco arquitetônico do Rio, museu necessita de manutenção urgente, diz Saturnino

todos os cariocas. O prefeito poderia homenagear a memória do jornalista Nascimento Brito, um dos que mais contribuíram para a existência do MAM. Parece sem sentido gastar milhões de dólares com o Guggenheim e não gastar 2 milhões de reais com o MAM, que está precisando dessa ajuda urgente – disse Saturnino.

Paulo Octávio anuncia luta para consolidar Brasília

Senador defende mudança, para a capital, de órgãos federais com sede em outras cidades, inclusive as recém-criadas agências reguladoras

No seu primeiro pronunciamento da tribuna, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) anunciou ontem que pautará seu mandato pela defesa da consolidação de Brasília como capital federal, pela luta em prol dos interesses dos servidores públicos e pela busca de uma reforma tributária que simplifique o atual sistema de cobrança de impostos e desonere as atividades produtivas. Ele afirmou que prosseguirá o trabalho iniciado na Câmara dos Deputados de incentivar o turismo nacional.

A consolidação de Brasília como capital federal, na avaliação de Paulo Octávio, passa pela transferência para a cidade de todos os órgãos federais, inclusive as recém-criadas agências reguladoras. Ele quer que a capital do país seja identificada como o único e legítimo centro das decisões governamentais e se transforme em pólo de desenvolvimento da re-



Paulo Octávio também deseja simplificação dos impostos e mais incentivo ao turismo

Fotos: Roosevelt Pinheiro

de pelo déficit da Previdência resume-se às despesas com as aposentadorias do setor público. Ele antecipou que não se deixará iludir “por simplificações que visam falsear o verdadeiro problema”.

Com relação ao sistema tributário, ele comentou que o país não pode mais conviver com “um cipoal de impostos, taxas e contribuições” que dificultam a compreensão do sistema tributário e possibilitam fraudes.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) deu boas-vindas a Paulo Octávio e falou de sua “admiração pela humildade do empresário”. Já o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) disse acreditar que a experiência do parlamentar do Distrito Federal enriquecerá as discussões e debates na Casa. Para o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), a experiência do representante do Distrito Federal como empresário e político o ajudará a desenvolver um grande trabalho em favor do país.

gião Centro-Oeste.

— Brasília é uma cidade singular no mundo. Nasceu da necessidade de povoar o interior do Brasil. Como todos sabem, o desejo de interiorizar a capital do país é antigo, remonta ao patriarca José Bonifácio e floresce 130 anos mais tarde, na pessoa do presidente Juscelino Kubitschek, o maior estadista que este país já conheceu — afirmou.

Referindo-se ao funcionalismo público, Paulo Octávio rebateu a alegação de que a responsabili-

Ana Júlia cobra modelo de desenvolvimento

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu, em seu discurso de estréia no Senado, um modelo diferenciado de desenvolvimento, que leve em conta as singularidades e as potencialidades regionais. Para ela, a Amazônia em geral e o Pará em particular têm marcas profundas das políticas simplificadoras que foram implementadas nos últimos 40 anos.

— A União tem uma dívida com o estado do Pará, especialmente em função da Lei Kandir, que tanto prejudicou os estados exportadores de matérias-primas e produtos semimanufaturados — afirmou.

Ana Júlia apontou equívocos da economia, como a política de incentivos fiscais, que “beneficiou



Ana Júlia Carepa criticou a política de incentivos fiscais na Amazônia

alguns, mas levou à construção de uma imagem negativa da população amazônica, vista como ambientalmente irresponsável”.

Ela ressaltou que seu mandato está comprometido com a implementação de um modelo capaz de valorizar e reforçar os diferentes aspectos étnicos, culturais e econômicos da região amazônica.

Os técnicos sabem alguma coisa, afirmou, mas são as comunidades, os movimentos sociais, os empreendedores locais e os trabalhadores que conhecem as verdadeiras soluções e precisam ser fortalecidos.

Ana Júlia destacou ser possível alcançar a igualdade e a justiça social na Amazônia, se seus 20 milhões de habitantes forem respeitados e integrados econômica e socialmente ao resto do Brasil.

“A participação do povo é que diferencia a política moderna. Aliás, essa é a marca do Partido dos Trabalhadores: o diálogo aberto, com olhos e ouvidos sintonizados na sociedade”, disse.

TRABALHO ESCRAVO

A senadora também manifestou satisfação com a recente ação do Ministério do Trabalho que, por meio de grupo móvel, conseguiu localizar e libertar 250 trabalhadores submetidos a trabalho escravo em fazendas do Pará.

Ana Júlia considera inadmissível que o Brasil ainda esteja enfrentando esse tipo de problema no século 21.

— O Pará é o campeão do trabalho escravo no Brasil, mas o novo governo do PT não poupará esforços para que o estado perca esse triste título, muito em breve — disse a senadora.

Segundo Ana Júlia, a solução desse problema requer um esforço suprapartidário, com a colaboração de todos os setores da sociedade.

Valdir Raupp pede revisão da dívida de Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a revisão do pagamento da dívida do seu estado para com a União, originada da intervenção federal no Banco do Estado de Rondônia (Beron), é uma das metas de sua atuação na Casa. Ele afirmou que a dívida alcança hoje



Valdir Raupp expôs as metas de sua atuação no Senado

R\$ 956,7 milhões e seu pagamento leva mensalmente R\$ 6 milhões das transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Estados (FPE) a que Rondônia teria direito.

Segundo o senador, a intervenção no Beron acabou sendo um grande problema, ao invés de solução.

Outra meta de seu mandato é garantir a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. Conforme o parlamentar, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sob pressão de algumas organizações, tem retardado a liberação da obra. Raupp informou que no último dia 13

esteve, acompanhado do senador Amir Lando (PMDB-RO), com o presidente do Ibama, Marcus Barros, a quem pediu celebridade “para um pleito tão justo da região”.

Raupp afirmou que irá também se empenhar pela concretização de uma ligação rodoviária com o Oceano Pacífico — principalmente o trecho de

400 quilômetros em território peruano, já que o trecho brasileiro está concluído. Ele prometeu lutar ainda pela pavimentação da BR-429, que liga a BR-364 até a cidade de Costa Marques, na fronteira com a Bolívia.

ATIVIDADES

O senador fez um resumo de sua atividade política, como prefeito de Rolim de Moura (RO) por duas vezes e governador do estado entre 1995 e 1998. Destacou duas conquistas de sua administração no governo de Rondônia: o redimensionamento do Planaflo; e a construção do porto graneleiro de Porto Velho, “transformando Rondônia em um viável corredor de exportação”.



PARLAMENTARES DO CENTRO-OESTE SE ORGANIZAM EM DEFESA DA REGIÃO

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) foi escolhido ontem líder da bancada do Centro-Oeste, durante encontro dos parlamentares da região. O senador Valmir Amaral (PMDB), escolhido representante do Distrito Federal, destacou que há estados que, sozinhos, têm mais participação no recebimento de determinados recursos federais do que todo o Centro-Oeste, como é o caso da Bahia. O senador informou que

a bancada vai se reunir com os governadores dentro de 45 dias, em Campo Grande.

— A idéia é nos unirmos para melhorar a posição do Centro-Oeste — afirmou Amaral.

Por sua vez, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que o desejo de organizar a bancada era antigo e que a principal ação será defender os estados da região.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma e Heráclito Fortes